

# Entrevista: Vera Telles

*Entrevistadores:*

*Bárbara Prado Simão*

*Dario Galvão*

*Filipe Pinheiro Travanca*

*João Filipe Cruz*

*Marcelo Caio Nussenzweig Hotimsky*

*Roberta Baessa Estimado*

*Rodrigo Marambaia*

Para a sexta edição da *Revista Humanidades em Diálogo*, entrevistamos a professora Vera da Silva Telles, livre-docente do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Graduada em Ciências Sociais pela USP (1975), fez seu mestrado em Ciências Políticas (1984) e doutorado em Sociologia (1992) na mesma instituição. É pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP, 2013-15). Tem se dedicado à análise de temas como os ilegalismos urbanos e a gestão da ordem, a relação entre cidade, trabalho e mobilidade urbana, bem como o estudo da pobreza e dos direitos sociais no Brasil. Destaca-se, entre seus trabalhos: *Direitos sociais: afinal do que se trata?* (1998) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios* (2006), *Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade* (2009) e *Ilegalismos, cidade e política* (2012).

Na entrevista a seguir, realizada na tarde do dia 26/08, Vera Telles discute as influências teóricas em diferentes períodos de sua obra, a gestão militari-

zada das cidades e as novas relações entre Estado, pobreza e direitos sociais. Fala ainda sobre os ilegalismos urbanos e os sentidos do direito à cidade. Por fim, discute o novo Plano Diretor da cidade de São Paulo e a greve na Universidade de São Paulo.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer-lá por aceitar o convite para esta conversa, apesar da greve em curso na Universidade de São Paulo. Para fazer esta entrevista, observamos sua obra em diferentes períodos e procuramos entender quais foram seus focos de estudo e de preocupações em geral. Conseguimos identificar dois períodos importantes em sua trajetória. O primeiro, na década de 1990, logo após a abertura democrática, quando você se preocupa muito com a hegemonia do discurso neoliberal e com o direito e a luta pelos direitos. Nesse período, a obra de Hannah Arendt é uma referência central. Depois, em textos e entrevistas mais recentes, percebemos sua atenção direcionada à gestão militarizada da cidade e, então, a obra de Foucault é uma referência mais presente. Quais foram os eventos e os problemas responsáveis por essa mudança de foco no seu pensamento? Como esses diferentes teóricos influenciaram a sua pesquisa?**

**VERA TELLES:** Eu produzi alguns textos nos anos 1990 sobre a noção de espaço público e a questão dos direitos, fortemente influenciada por Hannah Arendt, que é uma autora sobre a qual eu me debrucei por mais de dez anos, desde o final da minha graduação. Tenho um mestrado inteiramente arendtiano em uma época em que pouca gente lia Hannah Arendt, e devo dizer que isso foi graças a Marilena Chaui. Quando estava no final da graduação, a Marilena fazia o comentário de um livro de Lefort, ainda não publicado aqui, iria sê-lo logo depois, *A invenção democrática*, e promoveu a vinda do autor ao Departamento de Filosofia. Na conferência que ele deu na ocasião, eu ainda era uma jovem desinformada diante de um filósofo importante falando de assuntos novos para mim e, entre eles, referências à Hannah Arendt, que poucos, ou quase ninguém, na época, conhecia, além de Celso Lafer. Fiquei interessadíssima, curiosa e fui pesquisar do que se tratava. E me apaixonei. Nos anos seguintes, em um grupo de discussão, junto com Maria Celia Paoli e Eder Sader, nos dedicamos à leitura de Lefort, também de Merleau-Ponty, seguindo, vamos dizer assim, em muitos sentidos, um roteiro fornecido pelos escritos de Marilena Chaui na época. Isso quer dizer que nesses anos a influência da filosofia foi grande, talvez maior do que a sociologia. Então, o início da minha

reflexão sobre o espaço público foi de fato muito marcado pela noção da invenção democrática do Lefort, em diálogo com as questões de Hannah Arendt. Anos mais tarde, já no início da década de 1990, esse grupo de discussão, já com outros colegas, esteve na origem da formação do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), já contando com a participação de Chico de Oliveira. Esse grupo dialogava fortemente com a movimentação política que estava acontecendo e eram as questões postas por essa movimentação que pareciam colocar justamente a pertinência e importância da noção de espaço público, de direitos e cidadania – algo como uma atualização da “invenção democrática” (Lefort) e do “direito a ter direitos” (Arendt). No entanto, a partir da segunda metade da década, havia algo que me inquietava nas discussões sobre espaço público e direitos, tal como aconteciam naqueles anos. Era algo como um esvaziamento de sentidos e conteúdos. Essas noções, de espaço público, de participação democrática, de exercício de direitos, tudo isso estava virando uma espécie de fórmula vazia, frase-feita repetida por todos os lados e a propósito de qualquer coisa. Sobretudo, uma inquietante confusão entre cidadania e filantropia, direito e apoio humanitário. Foram os anos em que o então chamado “terceiro setor” e a “nova filantropia” começam a se apresentar como alternativas “novas” e “modernas” para o problema social brasileiro. E conforme isso foi se multiplicando no cenário social e político, foi-se também se fazendo esse embaralhamento entre filantropia e cidadania, entre a cidadania e os “bons sentimentos”. Eram os tempos da virada neoliberal dos anos 1990.

Habermas era também uma referência importante nas discussões que então se faziam sobre espaço público. Em tom de brincadeira (mas era sério), eu dizia: “Olha, a tal da ação comunicativa virou um manual de bons costumes em nome do respeito ao outro”. Na prática, havia sinais que me levavam a pensar que a tão celebrada participação popular estava virando algo como um teatro, com seus rituais e sua cenografia, mas que já não dizia muita coisa, na própria medida em que as decisões importantes passavam ao largo dos fóruns da dita participação democrática. Além do mais, me parecia também que havia todo um mundo social que começava a escapar dessa gramática política. E foi então que eu comecei a achar que tinha que olhar para outra direção. Em um texto escrito nessa época (“Direitos sociais, afinal do que se trata?”),<sup>1</sup> publi-

---

<sup>1</sup> Publicado em *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/1996-Direitos-sociais.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

cado no final da década dos 1990, já apresento uma primeira reflexão sobre esse ponto de virada. Foi o meu último texto sobre a noção de espaço público e direitos. A partir daí, foi-se firmando a convicção de que seria necessário entender o que andava acontecendo nos mundos sociais que então estavam se reconfigurando sob o impacto do que então era chamado de reestruturação produtiva com sua sequência de consequências nefastas. Para mim, era preciso descrever o mundo de outra maneira – outros parâmetros descritivos para colocar em perspectiva o que estava então acontecendo. Nesses anos, a leitura de Wittgenstein foi importante para mim, foi uma referência importante para formular essa questão.

E foi então que eu fiz uma aposta descritiva, uma aposta empírica, na verdade. E isso não é trivial – descrição, como se sabe, não é um registro cego do que se vê e ouve, mas um trabalho difícil de estabelecer relações, associações, conexões, um trabalho de elaboração e de colocar em perspectiva os “dados” do trabalho de campo. Foi um esforço grande de pesquisa e reflexão. E foi nesse empenho que eu voltei a trabalhar com a questão da cidade. Nessa época, início dos anos 2000, eu havia voltado de um pós-doutorado na França, com novas ideias, novas leituras, estava muito animada com as questões urbanas, o que era também uma maneira de resgatar o meu começo de carreira quando eu fiz o mestrado com o Lucio Kowarick. Elaborei um projeto de pesquisa, tinha uma equipe grande, formada em grande parte por jovens estudantes (bolsistas de Iniciação Científica) e nos lançamos no que então definimos como um trabalho de experimentação, prospectando o que andava acontecendo nos bairros periféricos da cidade de São Paulo.

No início dos anos 2000, havia uma crise econômica bárbara. A questão do tráfico de drogas e da violência estava fortemente colocada, havia uma verdadeira matança nas periferias – todo um cenário cantado e descrito nas músicas de Mano Brown. Era um cenário que me colocava questões novas, e me desafiava. Eu conhecia bem as periferias, primeiro, ainda nos anos 1970, quando ainda era estudante universitária, nos circuitos da militância política nessas regiões da cidade. Depois, nos anos 1980, eu voltei como pesquisadora de um projeto coordenado pelo Lucio Kowarick, no Cedec e, mais uma vez, no início dos anos 1990, também como pesquisadora – já professora da USP, com um projeto de pesquisa e uma pequena equipe de bolsistas. Eu estava, então, voltando pela quarta vez e encontrava tudo muito alterado, muito marcado por uma violência que me desconcertava e tudo também marcado por inúmeros “ilegalismos”, para reter aqui a noção cunhada por Foucault, por essa “transitividade entre o legal e o ilegal”, que foi o tema sobre o qual me debrucei nos anos seguintes.

Lembro da figura da Doralice, com a qual abro um artigo publicado em 2009:<sup>2</sup> uma personagem que existe, mas que é mais complicada do que aquilo que escrevi. Uma mãe de família dedicada, trabalhava como diarista e complementava seus ganhos com a venda de sanduíches em porta de hospital, vez por outra um pequeno tráfico de drogas (levava a “encomenda” para algum canto da cidade) e ainda atuava no mercado negro de receitas médicas fraudadas. O que eu não disse nesse artigo: além disso tudo, o marido que havia sido um traficante conhecido e “respeitado” no meio, comandava um terreiro de umbanda, era um Exu e ela, pomba-gira. E lá, no terreiro, também uma notável mistura de tipos, de personagens urbanos, de histórias, todas elas transitando entre o legal e ilegal, histórias de morte, histórias de “bandidos”, e tudo isso misturado com a valorização da família e da moral da família. Como lidar com isso? Não me parecia possível trabalhar na chave da “desordem” ou “anomalia”, que era, naquele momento, o mantra sociológico quando esses temas entravam no foco da discussão, com as descrições das desgraças sociais, desigualdade, desesperança, etc, etc, etc. Longe das imagens da desordem social, o mundo popular era (e é) muito organizado, muito articulado e a própria noção de exclusão, também em voga na época, me parecia deslocada para dar conta do que se passava nos bairros periféricos da cidade de São Paulo. Além do mais, o que hoje parece uma trivialidade, na época nos chamava a atenção, até porque era mesmo uma novidade: todos, sobretudo os jovens, mas não apenas eles, fazendo amplo uso dos celulares (na época, eu mesma ainda não tinha celular, tampouco meus parceiros de pesquisa), artefato aliás que circulava amplamente no mundo dos ilegalismos (o mercado dos celulares roubados e dos chips, clonados ou não), ao mesmo tempo em que os circuitos do consumo chegavam mesmo nas regiões mais distantes da cidade.

Um exemplo que eu sempre conto, para vocês terem ideia de como as coisas foram se transformando. Eu entro numa favela de muita má fama, com tráfico pesado, muitas mortes, as “Doralices” da vida e, claro, muita pobreza aparente. Porém, inteiramente ao revés do estereótipo do “pobre em dificuldade”, ao fazer minhas entrevistas, me aparece um rapaz, com seus vinte anos, com cabelinho assim, brinco, bem vestido, e que me conta suas experiências na cidade: frequentava com evidente desenvoltura os bares da Vila Madalena e Pinheiros, circulava pelos “points” no centro da cidade (depois, soube que ele era gay e circulava pelos pontos gays da cidade), além de circular pelos shoppings mais importantes do circuito sudoeste da cidade (Morumbi, Ibirá-

---

2 “Ilegalismos urbanos e a Cidade.” In: *Novos Estudos*, Cebrap, n.84, 2009, pp. 152-63.

puera, Rebouças). Isso era o ano de 2001. Na época, uma novidade espantosa. Estávamos ainda muito longe dessa atual celebração festiva do consumo da dita Classe C, até porque eram anos difíceis, muito desemprego, primado do trabalho precário, etc. Mas naquele início de década, os shoppings estavam chegando muito perto das periferias e todos frequentavam baladas de fim de semana na Vila Madalena. Na época, quando eu relatava essas histórias, era difícil as pessoas acreditarem, pois a imagem da “pobreza desvalida” era o que primava. Eu mesma tive alguma dificuldade para lidar com as histórias que o garoto então me contava. Estava espantadíssima, desconcertada com aquele garoto super descolado, que circulava pela Vila Madalena e por todos os *points* do centro da cidade. A uma certa altura da entrevista, tomando todos os cuidados do mundo para fazer a pergunta, eu arrisquei perguntar como era, para ele, esse trânsito entre a Vila Madalena e a favela. Com um tom irônico, de quem sabe muito bem o que eu estava perguntando, ele me responde: “Você quer saber como eu lido com a diferença, né?”. E começa a discutir o que é a construção da diferença. Foi então que eu percebi que era preciso mudar os rumos da minha pesquisa, prospectando os circuitos dos deslocamentos urbanos pelos quais esses jovens (e também os outros) faziam a experiência da cidade. E foi aí também que se colocava, para mim, muito concretamente, a questão dos parâmetros descritivos para colocar em cena tudo isso e, ao mesmo tempo, colocar em evidência os problemas que estariam se desenhando nesse mundo social, porém à distância das imagens miserabilistas, da miséria e exclusão. Era preciso entender essa transitividade entre os mundos, entre os vários registros do mundo social, e também essa transitividade entre o legal e o ilegal. E foi isso que me levou a uma pesquisa de muitos anos. Essa pesquisa resultou em um livro, coordenado em conjunto com Robert Cabanes, pesquisador francês, do IRD (Institut de recherche pour le développement), meu grande parceiro de pesquisa em todos esses anos.<sup>3</sup> E também gerou várias dissertações e teses elaboradas pelos então jovens estudantes que compunham a equipe, também coautores desse livro.

A partir daí a pesquisa teve outros desdobramentos. Acompanhamos, por muitos anos, um bairro considerado um dos mais violentos da cidade de São Paulo. Aliás, foi por isso mesmo que procuramos uma via de entrada nesse lugar. Na região, todos os nossos entrevistados comentavam, as histórias eram muitas e, entre fatos e ficções, esse bairro compunha quase

---

3 TELLES, Vera e CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. Disponível em: <[http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/2006-Nas-tramas-da-cidade\\_Telles-Cabanes.pdf](http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/2006-Nas-tramas-da-cidade_Telles-Cabanes.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2014.

que uma lenda urbana, lenda negra. De fato, era um bairro onde grassava a matança entre gangues rivais e também muitas mortes provocadas pela polícia. Começamos uma pesquisa nesse lugar já em 2001. Era um momento especialmente marcado pelas histórias de mortes violentas. Mas pudemos também acompanhar e registrar os modos pelos quais o PCC entra na região e começa a colocar em prática procedimentos de “pacificação” do território, com os chamados “debates”, espécie de tribunais para resolução e arbitragem dos conflitos pertinentes aos “negócios do crime”, mas também outros tantos que campeiam pelos bairros de periferia. Tratei disso no último capítulo de um livro publicado em 2010.<sup>4</sup> Escrevemos um artigo conjunto, Daniel Hirata e eu,<sup>5</sup> e esse foi também assunto tratado brilhantemente pelo Hirata em sua tese de doutorado.<sup>6</sup> A gestão da violência nesses lugares passou a compor nossa agenda de pesquisa, assim como outros pesquisadores que, como nós, em outras regiões da cidade, também puderam acompanhar e flagrar essa “pacificação” de territórios. Pacificação entre aspas: a polícia continua atuando nessas regiões, a execução policial continua a ser realidade cotidiana nesses bairros, e nunca deixou de acontecer em todos esses anos. Quer dizer: se os “homens do crime”, em geral gente ligada ao tráfico de drogas, tratam de regular o uso da violência como instrumento de resolução de problemas internos aos negócios do crime e também de litígios em torno de outros assuntos, a violência policial persiste e as relações entre “bandidos”, polícia e a população local termina por estruturar um campo de tensões que perpassam toda a vida e dinâmica de um bairro de periferia. Gestão da violência, gestão da ordem local, essa foi uma questão, portanto, que nos ocupou em todos esses últimos anos. Mas foi também esse o ponto de partida para as questões que agora, mais recentemente, estamos empenhados em pesquisar e discutir, e que tem a ver com uma gestão cada vez mais militarizada dos espaços urbanos. Era e é uma evidência nos bairros periféricos. Mas era algo que também pudemos flagrar, por exemplo, no centro da cidade, em torno do comércio ambulante, outra frente de pesquisa de nossa equipe. E também nas regiões de ocupação de terra, a lógica bélica pela qual se processavam as chamadas reintegrações de posse. Vários os registros pelos

4 TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/06/CidadeFronteirasLegal-Ilegal.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

5 TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. *Ilegalismos e jogos de poder de São Paulo*. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, n. 22, v. 2, dez. 2010, pp. 39-59.

6 HIRATA, Daniel. *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2011.

quais é possível identificar uma lógica militarizada nos modos de gestão de espaços urbanos, seus problemas e conflitos.

A essas alturas estávamos lidando com assuntos e temas sobre os quais não tínhamos experiência de pesquisa. Eram questões inescapáveis, que se colocavam concretamente em nossos campos de pesquisa: claro, a polícia e os dispositivos de controle policial, mas também as evidências urbanas do impacto e consequências do que a literatura especializada chama de encarceramento em massa, tudo isso marcado por dispositivos de exceção, cada vez mais evidentes. Lidar com essas questões era, para nós, um desafio. Foi então que montamos um grupo de discussão, junto com colegas com larga experiência na pesquisa sobre esses temas: Fernando Salla (NEV), Marcos Alvarez (NEV, DS-USP) e suas então orientandas, Alessandra Teixeira e Fernanda Matzuda. Mais tarde, também Laurindo Minhoto (DS-USP). Por mais de um ano, discutimos textos de referência, discutimos nossas respectivas pesquisas e acompanhamos o que andava acontecendo na cidade, nas periferias urbanas, nas regiões de ocupação de terra (e os conflitos de moradia), nos centros de comércio informal, na chamada Cracolândia no centro da cidade. Em cada caso, sempre, a lógica cada vez mais militarizada de “gestão da ordem” e os dispositivos de exceção, no mínimo de legalidade duvidosa, acionados por governantes e gestores urbanos. Mas também, em cada caso, nesses terrenos incertos entre a lei e a exceção, a crescente importância dos jovens advogados da Defensoria Pública. E foi justamente com eles que buscamos uma interlocução sobre essas questões. Em 2012, organizamos o Seminário “Gestão militarizada dos ilegalismos urbanos”. Realizado no auditório da Defensoria Pública, tínhamos em mira um público de ativistas, militantes, agentes sociais e profissionais vinculados a esses temas e esses territórios de intervenção social. Os textos apresentados eram ótimos, e a discussão gerada foi das melhores. Esse material deu origem a um dossiê publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil* (dossiê Controle Policial, n. 56, março 2012). E esse dossiê foi a matriz e ponto de partida de um projeto temático (Fapesp), que teve início agora em agosto de 2014, sob o título “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulistana”.

Foi esse o meu percurso, atalhos tomados ao longo do exercício de pesquisas de forte abordagem etnográfica, que se abriram a questões pertinentes ao que pode ser visto como “gestão da ordem em disputa”. Se, no correr de todos esses anos, houve inflexões e deslocamentos de temas e abordagens, isso não se deu por razões e escolhas estritamente teóricas ou de preferências teóricas; foram questões que o mundo social foi me apresentando, de um lado e, de outro, o desconforto ou insatisfação com o modo como a produção aca-



dêmica muitas vezes lida com esses problemas. Nessa dupla tensão, deram-se as várias viradas em meu percurso de pesquisa e também de reflexão teórica.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Pensando em sua fase atual, no estudo da gestão militarizada, reparamos que também existe uma discussão sobre a estrutura do autoritarismo da polícia que se perpetua no Brasil há muito tempo. Como você enxerga essa evolução da estrutura da polícia, da estrutura repressiva ao longo do tempo, e como você associa isso a questões atuais, por exemplo, as prisões arbitrárias de manifestantes nos protestos contra a Copa do Mundo em 2014.**

**VERA TELLES:** Se vocês acompanharem as várias matérias nas mídias virtuais em torno do que aconteceu em Ferguson, nos Estados Unidos, temos lá todas as evidências do que é gestão militarizada da cidade. Essa questão é importante. Um dos campos do debate é exatamente esse. Fala-se muito das heranças autoritárias de nossa história, daquilo que Paulo Sérgio Pinheiro chamou de “autoritarismo socialmente implantado”. Mas a questão, assim me parece, é bem mais complicada. Não por acaso, nestes últimos anos, os grupos militantes falam dos mortos da democracia. Em torno disso, diversos coletivos se formaram e outros que existem já há algum tempo intensificaram suas atividades a partir de junho de 2013. Aliás, eu fiquei positivamente impressionada com a quantidade de coletivos que se organizaram em torno da questão da violência policial. Inclusive, participei e sigo participando de alguns. Fico muito impressionada com a qualidade da militância e com a qualidade política dos jovens engajados nisso. Eu acho que essa militância está colocando algo importante, especialmente quando eles levantam a questão “os mortos da democracia”, no fundo dizendo: “Olha, o nosso problema não é mais a herança autoritária, mas a maneira como a democracia funciona”. Então, é preciso entender o quanto essa herança autoritária militarizada está em sintonia com o que há de mais contemporâneo do mundo atual. É essa virada que me interessa flagrar. Do contrário, continuamos a repetir certo mantra de que temos que radicalizar a democracia (acho até que pode ser que tenha) para eliminar os penduricalhos do autoritarismo. Claro, há questões herdadas e não resolvidas, a Polícia Militar está aí, tem uma estrutura que não foi mexida. Isso já foi amplamente diagnosticado por vários pesquisadores e estudiosos; e tem gente mais competente do que eu para discutir isso, a começar de meus colegas aqui, Marcos Alvarez, Laurindo Minhoto e Fernando Salla. No entanto, o mais importante é entender esse ponto de virada em que essas heranças se atualizam e entram em sintonia com o que se passa no mundo contemporâneo. Por isso

a Copa do Mundo é mesmo um caso a ser estudado, um caso a ser etnografado, tanto pelas coisas que aconteceram, quanto pela maneira como situação foi tratada. A desmedida da repressão, do uso da violência, é questão a ser bem entendida. Assim como o que aconteceu em Ferguson, a desmedida de um aparato militar em torno do que poderia ser uma história banal. Mesmo supondo que o rapaz tenha roubado um maço de cigarros, ele estava se entregando e foi executado, e todo um aparato militar foi mobilizado para conter a revolta da população local. Não foi propriamente um assunto de polícia, de policiamento, mas sim a lógica bélica e o aparato militar para lidar com problemas urbanos. No caso da Copa, é isso. Em uma reportagem de TV, ouvi, uma certa vez, um comandante da PM falando da necessidade de se fazer a “gestão da multidão” – o termo não é casual, vem de um pacote de treinamento militar que, salvo engano, faz referência a toda uma linha de atuação experimentada em Gaza. Na verdade, sabe-se hoje que existem três grandes campos de experimentação das tecnologias militares, Iraque, Gaza e Afeganistão, e parece que é daí que vem uma *expertise* cada vez mais militarizada para lidar com os problemas urbanos. A lógica militar é a lógica do combate ao inimigo, com as consequências que nós sabemos. Temos aí toda a discussão para ser feita. E ainda precisaríamos entender o quanto isso se compõe com uma noção, que tem outra matriz, pela qual a questão da cidade é tratada na ótica da gestão de risco. A gestão de risco é sempre a gestão da urgência, daquilo que é tipificado e posto como urgência e que aciona os dispositivos de exceção. Estamos no coração das questões discutidas por Agamben. Acho que é essa virada que temos que entender. É o que está ocorrendo nos Estados Unidos, também França e em outros lugares. Na lógica da ocupação, não há apenas o uso da violência, tem também a gestão do risco, que é a gestão da urgência, de uma ameaça. Stephen Graham, em seu *Cities under Siege: The New Military Urbanism* (2010), discute isso, e mostra como a noção de “guerra urbana” é formulada nos manuais militares e passou a circular entre os gestores urbanos de uma maneira geral: uma guerra dita de quarta geração, protagonizada por inimigos anônimos, que se confundem e se misturam com a população civil, podendo ser qualquer um em qualquer lugar. Ano passado eu dei um curso sobre questões urbanas e tratei desses assuntos. Na época tinha acabado de acontecer o atentado na maratona de Boston, eu falei: “Olha, é o seguinte, o inimigo vem de metrô, um garoto bonitão, sarado, com uma mochila, bom estudante. Isso compõe um estereótipo às avessas, pois o perigo é um tipo social comum, que não tem os traços associados a um muçulmano fundamentalista, é um ‘bom moço’”. Isso significa que o perigo está no cotidiano da cidade, circula pelas redes urbanas. É isso que vem sendo chamado de “guerra urbana” e é isso o que vem

acionando novas tecnologias de controle. É o que vemos aqui cotidianamente, é o que vimos na época da Copa do Mundo de uma maneira espetacularizada. O desafio é, para nós, hoje, se desvencilhar de certo mantra que repete a ideia de que temos que prestar contas com aquilo que alguém certa vez chamou de “maldição das origens”. Tudo bem, elas continuam operantes, mas isso também aprisiona o pensamento em uma dupla chave: primeiro, um bloqueio no sentido de entender o que há de contemporâneo nessa forma de fazer a gestão do conflito urbano; segundo, nos fixa em uma discussão de longa data sobre a chamada formação não concluída. Vocês que vêm da sociologia ou filosofia sabem muito bem o que é essa matriz da formação, questão discutida por Antonio Candido, retomada depois por Roberto Schwarz e Paulo Arantes. Porém, ao insistir nessa chave, repetimos o mesmo, o suposto imperativo de completar a modernidade, a democracia e o Estado. Essa era uma questão importante e pertinente até os anos 1980. No entanto, agora, a questão já é outra. Não se trata mais de “completar a formação” ou entender os seus bloqueios em relação a um certo ideal de modernidade, cidadania e democracia. Somos inteiramente “modernos” e estamos inteiramente em sintonia com o que anda acontecendo no mundo contemporâneo.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Gostaríamos de saber o que você acha dos projetos de desmilitarização da polícia hoje discutidos, como a PEC 51 apresentada pelo senador Lindbergh Farias e defendida por intelectuais como Luiz Eduardo Soares.**

**VERA TELLES:** Em 2012, aliás o ano em que organizamos o seminário sobre a militarização da gestão urbana, tivemos meses seguidos de uma matança extraordinária nas periferias. Ao que parece, aconteceu um desacerto nebuloso qualquer entre o PCC e a Polícia Militar, que desencadeou uma série de “incidentes”, e a matança foi absolutamente aterradora. Na verdade, uma mistura de grupos de extermínios com intervenções abertas da Polícia Militar em várias regiões da periferia. O número de mortos pela Polícia Militar foi para a estratosfera. O ano terminou com a queda do secretário de segurança pública [Antônio Ferreira Pinto]. Foi um ano muito traumático, diversos coletivos começam a se organizar, e eu inclusive comecei a me engajar em alguns deles. E depois essa movimentação é reativada em 2013 e agora em 2014 com a Copa. Mas o ponto de inflexão foi esse ano, 2012. As Mães de Maio se rearticularam, o pessoal do Tribunal Popular também se rearticula e essa discussão é novamente lançada. O interessante disso tudo é que a desmilitarização da polícia virou uma bandeira unificadora de inúmeros coletivos em vários cantos do

país. Uma coisa que me deixou positivamente espantada e atenta na época e ainda hoje: o quanto isso de repente começa a galvanizar e gravitar inúmeros coletivos. Foi quando eu descobri que havia muitos coletivos organizados e de vários tipos. Quase todos atuando em regiões periféricas da cidade. De alguma maneira formou-se um campo de articulação em torno da desmilitarização da polícia, da política, e do Estado (aí tem variações). Parece-me que esses grupos estão inteiramente cientes de que não se trata apenas de desmilitarizar a Polícia Militar, pois essa lógica militarizada contamina a política, assim como a maneira que se faz a gestão do conflito, justamente o que verificamos duramente neste último ano, ou seja, a gestão militarizada do conflito social, quer dizer, a não gestão do conflito. Existem várias propostas, há a PEC 51 e outras. Eu não saberia me pronunciar de uma maneira mais circunstanciada em relação a elas. Mas certamente isso cria um campo político extremamente interessante; não sei se em algum outro momento na história desse país essa questão da polícia esteve tão no centro do debate. E não sei se isso vai se manter ou não. Mas há uma série de desdobramentos complicados nisso tudo, pois os grupos de extermínio e a direita também se articulam. Também não sei se houve, em outros momentos, uma direita tão evidentemente articulada. Isso também é muito nebuloso porque não conseguimos saber até onde ela vai. De toda forma, é uma direita não liberal que está pedindo lei e ordem de uma maneira bastante violenta. Eu diria que se configurou aí um campo de disputa importante. E acho fundamental acompanhar esses desdobramentos e se posicionar quando for o caso.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Na matéria “A gramática bélica de segurança”, de sua autoria e de Daniel Hirata,<sup>7</sup> vocês apresentam conceitos como a gramática bélica de segurança, a ação extralegal para cumprir leis, entre outros elementos com os quais você tem trabalhado. O quão tênues e flexíveis são essas fronteiras entre o legal e o extralegal e como essa flexibilização se relaciona com essa gramática bélica da segurança?**

**VERA TELLES:** Essa é a questão que eu trabalhei junto com Daniel Hirata em nossas pesquisas sobre o mundo dos ilegalismos. Nessa discussão, a noção de soberania e de Estado de exceção do Agamben foi decisiva, mas em uma versão etnográfica, não na perspectiva filosófica, de uma ontologia do Estado.

---

<sup>7</sup> Publicada em *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2012. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-gramatica-belica-da-seguranca,961584>>. Acesso em 22 out. 2014.

O ponto importante é o seguinte: na prática dos ilegalismos nada poderia funcionar sem a mercadoria política, no sentido proposto por Michel Misse. Na prática, algo como o pagamento do pedágio para poder funcionar. Mas o interessante é entender o modo como isso funciona, pois é aí que se entende o que é propriamente a violência extralegal. Ao impor pagamento do “pedágio” ou praticar a extorsão, a polícia faz uso da soberania que o Estado lhe confere, é isso que lhe permite acionar o poder extralegal, que é extorsão, a violência física, a morte. A violência legal e a extralegal estão intimamente entrelaçadas. Em uma etnografia (há várias) sobre os modos de atuação da polícia, podemos ver que isso faz parte da maneira como a lei funciona; nos contextos práticos em que as forças da lei operam, a soberania que o Estado confere ao agente legal é também o poder de arbitrar as situações e fazer o uso de recursos extralegais. É assim com a polícia, mas também com o fiscal da prefeitura que atua junto ao comércio ambulante, por exemplo, impondo “acordos” e propina para que o ambulante possa seguir em suas atividades. Essa é questão importante de ser bem entendida, até para sair da chave do diagnóstico moral da polícia corrupta e violenta. É assim que a coisa funciona, e é preciso tirar consequências disso. Agora, a questão ganha outra envergadura quando vemos os dispositivos extralegais fazerem parte dos mecanismos de gestão dos espaços urbanos, quando passam a ser acionados sob a lógica da gestão do risco, gestão da urgência, e começam a contaminar o próprio ordenamento jurídico. A um certo momento, por conta justamente de debates sobre essas questões, fiquei interessada em saber o que andava acontecendo em alguns municípios de São Paulo nos quais estava sendo praticado o toque de recolher para jovens, depois de uma certa hora da noite. E foi então que descobri que essas coisas passavam por normativas jurídicas, avalizadas por autoridades judiciárias. É isso o que eu chamei de “gambiarra jurídica”. No caso, a normativa jurídica de um juiz que decreta o toque de recolher é, a rigor, um dispositivo de exceção. Isso vinha acontecendo em setenta municípios brasileiros. Li algumas dessas normativas, alguns projetos de lei e as justificativas são apresentadas em nome do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – em nome da proteção que o Estado deve garantir aos jovens e adolescentes, é preciso obrigá-los a sair das ruas a partir das 22 horas, porque isso é um fator de risco. Quanto ao que se entende por risco, é tudo muito ambivalente. Em um projeto de lei, o risco é tanto o carro com o som muito alto, a frequência de bares, ficar parado nas esquinas e outras coisas assim, um elenco disparatado de situações e comportamentos ditos de risco. É um dispositivo de exceção para tirar esses jovens das ruas, mas aparece como normativa jurídica e como um dispositivo administrativo. Em alguns lugares, é instituída uma brigada (o termo é deles)

formada – pasmem! – por representantes do ECA, a Polícia Civil e a Polícia Militar. O que a PM tem a ver com isso? Um outro exemplo, ainda na época da gestão Kassab: na região de Itaquera, o subprefeito, aliás coronel da PM, promoveu a organização de uma brigada, formada também por conselheiros do ECA, Polícia Militar e Polícia Civil, para ir atrás de estudantes que estivessem cabulando aula; tudo isso porque (conforme notícia em jornal) eles estariam se concentrando em uma certa praça e provavelmente incomodando o entorno. O fato é que montaram uma brigada, recolheram e colocaram todos num camburão e levaram para a delegacia. É uma situação dita de risco e urgência que aciona o dispositivo de exceção. Essa “gambiarra jurídica” também pode ser identificada na “Operação Delegada”, discutida pelo Daniel Hirata: um acordo entre a Polícia Militar (PM) e a Prefeitura pelo qual se criam condições para a PM fazer a gestão do comércio informal, o que não é sua atribuição.

O ponto a ser discutido é o seguinte: nessas várias situações a lei e o extralegal começam a se embaralhar, quem está do lado da lei? Quem está do lado da ordem e quem está do lado da desordem? É o bandido, é o traficante ou é a polícia? Nos bairros periféricos, onde existe o tráfico de drogas, o traficante institui uma certa ordem e faz a gestão da violência local. Mas, então, a “desordem” é instaurada pelo modo como as forças da ordem atuam, fazendo uso da extorsão, da violência, praticando extermínios, etc. Mas, então, onde está a ordem, onde está a desordem? Ou o fora de ordem? Há uma expressão magnífica que circula no “mundo bandido”: “o lado certo da coisa errada”. É de uma precisão notável: há uma maneira certa de fazer a coisa errada. Eles dizem isso abertamente: “Eu sou bandido”, “eu sou do crime”, mas há maneiras e maneiras de fazer isso. “Eu não sou verme, eu não sou coisa, eu não mato qualquer um. Quem faz isso é a polícia, não a gente.” Ou: “Quem faz isso é o cara que é o ‘coisa’, que é o ‘noia’, que é o ‘verme’, o cara que já perdeu o controle...”.

É essa mesma indeterminação ou embaralhamento de sinais que a gambiarra jurídica termina por instituir. É um dispositivo de exceção incluído na normatividade jurídica, se entrelaçando em torno do que Marta Machado chama de minúcias institucionais. E então o que é legal ou ilegal, o que está certo ou errado, tudo isso termina por ficar muito ambíguo. E é nesse terreno incerto que os Defensores Públicos atuam, bem como outras formas de ativismo jurídico. É essa minha hipótese, e por isso eu fico tão fascinada com a maneira como os jovens ativistas do direito estão atuando, porque eles atuam exatamente nessa esfera em que o legal e ilegal ficam embaralhados, nessas situações em que as forças da lei ou os usos da lei terminam por ser instrumentos de “desordem”. No seminário que fizemos com os defensores, em que

discutimos esse assunto, quem formulou isso de uma maneira maravilhosa foi o Bruno Shimizu: ele mostra como eles atuaram na Cracolândia, na época em que teve a chamada Operação Sufoco, que foi um horror, uma coisa medonha, tal o nível de violência e truculência praticadas pela polícia. Em meio aos horrores da repressão daqueles dias, eles montaram uma barraquinha para distribuir exemplares da Constituição do Brasil, com destaque para itens em que é proclamado o direito de ir e vir, direito liberal clássico. No dia seguinte eles foram acusados de promover a subversão. Quanto aos “craqueiros”, há casos dos que se apegam a esse material para resistir à polícia que os obrigava a sair do local. A polícia chega dizendo: “tem que circular, tem que circular”, e um deles mostra o folheto com a Constituição e diz: “Eu estou defendendo meu direito de ficar”. Nessas situações, e outras, é que se pode perceber que os sinais do legal e do ilegal, do certo e do errado, da ordem e da desordem ficam todos embaralhados. É aí que eu acho que há uma disputa em torno da produção da ordem, e é onde eu acho que há um campo de conflito importante se constituindo. É o que acontece com o modo como a polícia atua, fazendo uso da soberania que o Estado lhe confere. Mas também é isso que acontece quando um juiz aciona uma gambiarra jurídica em nome da gestão da ordem em um certo lugar. Em todas essas situações, vemos esse embaralhamento dos sinais. Eu diria que esse é o campo do conflito. E nisso, as novas formas de ativismo jurídico são absolutamente fundamentais. Acho que vocês têm que ficar de olho nisso.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Nos textos da década de 1990, você retrata a ação tutelar do Estado em relação à pobreza. Uma ação tutelar autoritária. Nesses textos, para além de uma situação econômica, a pobreza é também uma questão de atraso relativo a acesso a bens de serviço público, políticas sociais, distribuição de renda etc. Desde 2003 temos um partido no poder cujo carro-chefe são campanhas de políticas públicas de distribuição de renda e recursos: Bolsa Família, Luz Para Todos, Minha Casa, Minha Vida etc. Parece haver um consenso de que houve uma evolução quanto ao aumento da distribuição dos recursos para as famílias trabalhadoras. Quais foram as mudanças e permanências nessa face tutelar e autoritária do Estado brasileiro desde a década de 1990? Você acha que essa distribuição de renda auxiliou, e em que medida, a relação dos direitos nesses vinte anos?**

**VERA TELLES:** Isso é super importante, porque eu acredito que houve uma reconfiguração imensa da pobreza nos anos 2000. Efeitos da Era Lula, para o

bem, para o mal, com todas as ambivalências que podem existir. De um lado, acho que é inegável que houve uma mudança de patamar social. Acompanhei e verifiquei isso. Lá no comecinho da década, a crise era medonha e a situação era desesperadora; dez anos depois, é impressionante essa mudança de patamar social. Claro que a gente tem que saber fazer crítica a isso, mas não a crítica no sentido moralista. O acesso ao ensino superior, que é uma questão que temos que pensar em algum momento, é uma coisa que me deixa muito em dúvida. Os jovens entraram todos nas faculdades privadas, que se proliferaram pelas periferias afora. A formação que eles recebem é mais do que duvidosa e está longe de ser uma certeza quanto isso vai lhes permitir uma inserção mais estável e mais vantajosa no mercado de trabalho. Mas, de alguma maneira, há uma mudança de patamar. O lado positivo disso é que parte do novo ativismo político, que se pode verificar nessas periferias, tem a ver com uma nova geração que teve muito acesso à informação e que circula, inclusive nas universidades, a USP e a PUC. A turma do Rede Extremo Sul está cheia de estudante de filosofia, não é? Por exemplo, o Tiaraju, que foi meu orientando, ele próprio é um “sujeito periférico”, que é seu próprio objeto de estudo, a “classe C”, a ala politizada e ativista da “classe C” – com as aspas devidas, só para facilitar um pouco a nossa conversa. Então, é evidente que é uma geração com acesso à informação e que circula pelas várias dimensões da cidade e da vida urbana. Entram na universidade, muitos saem por falta de condições para continuar, mas, mesmo assim, circulam por outros tantos circuitos sociais e circuitos culturais. Acho inclusive que parte das chamadas “jornadas de junho” tem a ver com essa mudança no patamar social. E por isso acho também que a discussão, se era ou não movimento de classe média, é inteiramente deslocada, ainda temos que entender o que é essa classe média. Lá no extremo do Grajaú, mesmo em situações de muita dificuldade, de pobreza no sentido material, há uma circulação de informação, de formas de acesso e conexão. É aquilo que o jovem no começo dos anos 2000 contou para mim – ele vem de uma favela pobríssima, mas ele circula. Na verdade, eu enfatizei muito a importância da noção de circulação e a noção de mobilidade, tanto que meus últimos cursos são exatamente sobre mobilidade urbana. Eu acho que isso é fundamental, a maneira como as pessoas circulam. Por outro lado, há um questão relacionada à passagem das gerações. A geração que agora está fazendo política, na verdade, é uma geração que é filha dos que foram fazer militância nas comunidades de base nos anos 1970 e no comecinho heroico do PT, início dos anos 1980. É bonito como eles se orgulham, inclusive, dos seus pais militantes, que devem ter a minha idade, ou talvez sejam um pouco mais novos. O outro lado – que não é exatamente o outro lado, porque tudo



está misturado – é um campo de pesquisa a ser feita, a pobreza virou *business*. A pobreza virou mercado. E aí eu acho que a relação do Estado com a pobreza mudou fundamentalmente, e o operador disso também foi o Lula. É claro que não foi ele quem inventou isso, mas foi um pouco o operador. Entra em cena essa coisa do empreendedorismo social, que está em tudo quanto é canto, não apenas no Brasil, mas também nas cidades do chamado Sul Global. É todo um programa que propõe “eliminar” a pobreza através do mercado, o que significa transformar o pobre no empreendedor e promover o chamado empreendedorismo, seja através de políticas tipo SEBRAE, seja através de políticas de microcrédito. Temos dois vetores em que a pobreza virou mercado. Um vetor em que ela virou mercado consumidor: a “classe C”, na verdade, é o que segurou o mundo na crise de 2008, na Índia, nas grandes regiões pobres do sudeste asiático e no Brasil, também em regiões da África. Esse fenômeno não é inteiramente desconectado do fenômeno chinês. As bugigangas chinesas – que hoje em dia não são mais tão bugigangas assim – vão alimentar a explosão do chamado mercado popular, que se dá seja via mercado informal, seja através da chamada democratização do crédito, ou seja, políticas de endividamento financeiro. Isso é uma coisa que se desenvolveu no correr dos anos 2000, não só no Brasil. A Índia e o Brasil são os grandes laboratórios de política social. A Índia é muito mais complicada porque tem uma escala de pobreza e tem uma configuração social bem mais complicada. No fundo, o Brasil é um pouco um laboratório que, mal ou bem, funciona; tem uma democracia que, mal ou bem, funciona; uma pobreza que é enorme, mas, vamos dizer, não é indiana nem africana, para usar imagens estereotipadas; o que não quer dizer que não temos nichos de pobreza medonhos. Então a pobreza virou grife, virou moda: há o “tour favela” nos circuitos do turismo, há essa celebração da pobreza bacana, pobreza que vira estilo, pobreza que virou centro de produção cultural. Assim, os chamados territórios da pobreza viraram campos de disputa. É por onde o mercado financeiro vai entrando. O Banco do Povo de Bangladesh já foi inteiramente capturado pelas grandes agências internacionais, virou política do Banco Mundial, e entrou na agenda das políticas de combate à pobreza. Por outro lado, há o chamado empreendedorismo: transformar o pobre em empreendedor. É um universo muito ambivalente em que atuam inúmeras ONGs, “os mercadores do bem”, como dizem as más línguas, muitas delas conectadas em redes internacionais, com financiamento de todos os tipos. É um campo de disputa que também é simbólica, no qual a pobreza virou outra coisa. Não temos mais o Estado tutelar, porque de fato é o mundo do mercado, dos projetos, do empreendedorismo. Não por acaso, nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro, logo após a entrada das UPPs, se instalam Bra-

desco, Vivo, NET e SEBRAE. Em Paraisópolis tem tudo isso. Depois da versão paulista da UPP, que foram as Operações Saturação, entram Bradesco, Banco do Brasil, SEBRAE, entrou também as Casas Bahia. Cursos de educação financeira são promovidos pela Bolsa de Valores, cursos de empreendedorismo são promovidos pela Odebrecht. Quanto ao Estado, é o agenciador que promove o empreendedorismo. E então temos dois problemas complicados. Há quem diga, com razão, que o tal do empreendedor, na verdade, é uma fachada ideológica, mistificadora do velho conhecido autônomo. Eu diria que não: é o autônomo que vira o empreendedor, mas a gramática é outra. Quando o sujeito dizia: “Eu sou um trabalhador autônomo”, ele dizia: “Eu sou um trabalhador”. Ele está numa rede de relações e de referências em que ele diz: “Eu não tenho carteira de trabalho, mas eu poderia ter”, “Eu não quero ter carteira de trabalho, porque eu quero ter autonomia”. Quer dizer, é um trabalhador, então está na esfera do trabalho, dos direitos do trabalho e dos direitos sociais. É uma gramática, mas também uma pragmática – é uma rede de relações. Quando ele diz: “Eu sou um microempresário”, “Eu sou um empreendedor”, ele vai ao Bradesco para conseguir microcrédito, vai assistir ao curso do SEBRAE. Ele vai dizer que, se quebrou a cara, é porque ficou faltando alguma coisa, por exemplo, o curso de informática. É interessante como a lógica da dívida funciona. Está em dívida com o Bradesco que deu o microcrédito. Está em dívida porque está sempre faltando alguma coisa, porque tem um curso que não fez, porque tem o curso de línguas... A lógica da dívida é terrível, todos nós somos capturados por ela. Tem que ter um curso de línguas a mais, um evento a mais. É o hiperativismo, você está sempre em dívida com o empreendedorismo de si mesmo, o que é um pouco a matriz que está constituindo certas formas de subjetivação, para usar o termo corrente. Então o empreendedor, de fato, não é o autônomo. Do ponto de vista de uma economia do trabalho, é evidente que é autônomo, tão precário, inseguro e tão frágil quanto. Mas é outra rede de relações, de referências, outra forma de subjetivação com consequências políticas importantes, porque a dimensão pública do Estado é anulada. Não tem direitos sociais, a dimensão pública é zero! Sai do horizonte da discussão. O máximo que o Estado pode é ser um agenciador do empreendedorismo social ou empresarial, que vai transformar o território da pobreza em algo palatável para o mercado. Então a pobreza de fato é outra. O Estado tutelar, para o bem ou para o mal, acabou. O que nós temos é *business*, é mercado. Resta saber o que isso tem a ver com a questão da militarização da gestão urbana. É esse nexos que a gente precisa decifrar melhor, por que tudo vira mercado. O pessoal dos coletivos culturais – eu escuto muito isso com o Tiaraju – fica na corda bamba o tempo todo. Há os editais,

e o Programa Vai da Prefeitura. E eles hesitam entre entrar nos circuitos do mercado ou não entrar; entrar na lógica do projeto, não entrar na lógica do projeto. Além do mais, as pessoas tem que trabalhar. Há, portanto, uma zona ambivalente onde as pessoas transitam.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Ainda sobre os textos da década de 1990, você assinala a necessidade de uma concepção positiva de direito, que deve sempre discutir o que é justo e o que é injusto, e cuja dinâmica deve ser continuamente reformulada. Nessa perspectiva, o que você acha da pauta do direito à cidade, que tem sido muito debatida atualmente com movimentos que a têm como principal bandeira, como o Movimento Passe Livre, o MTST...**

**VERA TELLES:** Eu acho que essa é a grande bandeira do momento. Vocês falaram um pouco da minha trajetória e teve um momento interessante nesse meu percurso. O livro do Agamben, *Estado de exceção*, tinha acabado de sair, eu já tinha lido em francês, e então montei um curso sobre ele. Foi a partir da noção de biopolítica discutida no livro que me dei conta de que era necessário reler o Foucault. Foi muito interessante relê-lo pelas mãos do Agamben. Foi aí que dei minha guinada foucaultiana, e continuo nela, em torno da biopolítica, de governamentalidade. Bem, não estou sozinha nisso. E foi quando eu disse: “a questão do direito virou outra coisa”. Porém, conforme eu me dei conta da importância do ativismo jurídico – e na verdade quem me deu a chave disso foi o Bruno Schimiztu, no episódio que comentei antes –, entendi que direito virou campo de batalha. Não é tanto direito para conseguir completar a formação do Estado e universalizar a cidadania, que era a pauta dos anos 1980, da universalização dos direitos. É outra coisa. Estou sendo obrigada a refazer esse percurso e a repensar a questão, que, de alguma maneira, também estava no centro da minha discussão, o direito como campo da disputa, a disputa da noção de direito. Até porque é questão posta com o modo como a questão urbana voltou à pauta – e é impressionante isso, se fazemos uma pesquisa no Google, é impressionante a quantidade de fóruns, livros, textos e discussões sobre o direito à cidade, sob a influência ou não do Lefebvre. Mas aparece muita coisa sobre o próprio Lefebvre, também o situacionismo. David Harvey pauta essa discussão com *Rebel Cities*, que é um belo livro, aliás. Estou tentando formular e entender isso melhor, temos discutido isso em nossa equipe, os nexos entre as rebeliões urbanas contemporâneas, inclusive as nossas “jornadas de junho” e essas novas formas de controle e gestão dos espaços urbanos, sob a ótica do mercado. Nas cidades em que isso aconteceu,

a lógica e as dinâmicas são muito parecidas. Nos anos 1980, quando a questão do direito foi colocada, era uma questão relativa a um Estado autoritário. É uma questão que foi pautada no Brasil, nos países da América Latina – países saindo do período da ditadura – e também nos países do Leste Europeu, sacudidos por movimentos que desaguaram na queda do muro de Berlim. Mas também nos países ditos centrais, entram em cena inúmeros movimentos que questionavam os controles burocráticos do Estado. Eram questões colocadas na pauta das discussões propostas por Claude Lefort. É muito interessante toda essa questão dos movimentos se debatendo com e contra um Estado extremamente burocratizado. Habermas, que não é meu autor de preferência, tem formulações muito felizes, quando propõe a noção de colonização dos mundos da vida pela lógica burocrática do Estado. Na prática, é o questionamento dos modos como Estado Previdência funcionava, por meio de inúmeros controles que afetavam a vida cotidiana em países como a França e a Alemanha. Não temos muita ideia do que isso poderia ser, pois nunca tivemos um Estado Previdência desse quilate, que oferece garantias sociais, mas que também termina por jogar uma rede de controle social nas rotinas da vida cotidiana das pessoas. É daí que sai a noção da colonização das formas de vida, formulada por Habermas, e que vai ser pautada em outras chaves teóricas, outras chaves políticas, por inúmeros movimentos. Então essa questão dos movimentos que se batem com e contra o Estado em nome de direitos, do direito a ter direitos, noção que também circulou muito na época, tinha a ver com o Estado. Era a defesa de conquistas perante um Estado que fechava os espaços de participação, seja por conta dos legados autoritários da ditadura ou dos entraves do socialismo burocrático no Leste Europeu, seja por conta de um Estado extremamente burocratizado e disciplinador. Nos anos 2000, o ponto do conflito é dado pelo mercado, são movimentos que se batem contra uma privatização da vida pelo mercado. É outra gramática, outro jogo político. Nos anos 1980, essas várias matrizes, no Leste Europeu, na França – que eu conheço um pouco mais –, ou nos países da América Latina e Brasil, a reivindicação era por espaços de participação popular na interface com o Estado. Por isso nossos fóruns de participação popular fizeram tanto sucesso, correram o mundo, e até hoje falam do orçamento participativo. Eu tenho que explicar para os meus amigos franceses: “Olha, isso não existe mais, isso ‘micou’”, mas eles continuam achando que é o modelo de participação popular. Mas foi uma bandeira superimportante, que unificou movimentos: a conquista dos espaços de participação popular na interface do Estado. Hoje ninguém está reivindicando isso, espaços de participação. É diferente: ocupam-se. Ocupam-se ruas e praças, fazem a cidade parar. Não por acaso, também começa a circular a noção do “comum”,

uma noção controvertida, pautada pelo Negri, que não é a mesma coisa que a noção de “público”, mas que evoca o resgate da dimensão do comum a ser reinventada nos espaços de uma cidade cada vez mais privatizada. E, para isso, ocupam-se lugares, praças, prédios. É outra lógica, não mais a reivindicação do espaço de participação democrática na interface com o Estado. É um outro jogo: não se está exigindo a negociação democrática com o Estado. É como se fosse uma recuperação da dimensão pública de uma cidade inteiramente privatizada e de um resgate da própria vida, ela própria também capturada pelo mercado. O interessante é como essas coisas se comunicam, para mostrar que, no fundo, é todo um experimento urbano de recuperação da cidade e da vida na cidade frente ao mercado. Eu acho que é aí que a questão do direito à cidade entrou, dialoga com isso. No foco, não está propriamente o Estado, mas o mercado. Essa talvez seja uma hipótese interessante para se trabalhar. E a questão do direito volta – de novo como campo de batalha –, mas com consequências ainda imprevisíveis. Quando isso foi pautado nos anos 1980 – que foram os anos que me formaram política e intelectualmente –, era um projeto de “completar essa modernidade incompleta”, para usar um refrão da época, então era, de fato, uma utopia democrática. Não é mais isso, até porque eu acho que nós não temos mais a inocência de achar que o direito vai garantir a felicidade de todos. Não mesmo. Mas certamente é um instrumento e um campo de batalha. Recentemente, eu participei de um fórum de ambulantes muito interessante – certamente eles não tinham lido Lefebvre, mas alguém deve ter cantado a bola para eles e pegou. Os ambulantes estavam e estão sendo expulsos das ruas, mesmo na gestão Haddad, e proibidos de fazer seu trabalho nas ruas. Interessante ver como eles articularam o direito ao trabalho ao direito à cidade – porque eles queriam ter o direito ao trabalho, que é o direito de trabalhar na rua, mas isso significa direito à cidade. Então, eu acho que essa questão virou bandeira, ela está correndo os fóruns, debates, muitos livros estão sendo produzidos e eu mesma estou trabalhando com isso. Eu tenho que recuperar essa dimensão dos direitos em outra chave.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Na década de 1990, a participação e a luta pela participação nos mecanismos de gestão do Estado foram marcadas por uma forte crítica à lógica do gestor. Você fala ao longo da sua obra como essa ética teria feito com que a linguagem do direito perdesse sua dimensão transgressora. Nesse sentido, o que você acha de decretos como o que institui a política nacional de participação social ou os conselhos que têm se proliferado por aí? Eles fazem parte, são de fato instrumentos de participação popular, ou eles entram nessa lógica do gestor?**

VERA TELLES: Temos que ter certa cautela. Existem conselhos e conselhos, devem ter lugares em que a coisa funciona. Em alguns lugares, acredito que sim. Agora, é no interior da lógica da gestão. Digamos que uma gestão que seja benfeita é melhor do que uma gestão malfeita, uma gestão democrática, melhor do que uma gestão militarizada e burocrática. Então, eu acho que pode ser! Eu dou voto de confiança a meus amigos que dizem que sim, há experiências importantes em torno disso. Não descarto isso, em princípio. Mas eu continuo a pensar a dimensão transgressora do direito, ou melhor, da linguagem dos direitos, que eu aprendi com Claude Lefort, que é uma coisa que vem dos movimentos. Poderíamos mesmo dizer que existe uma tensão, constitutiva dos movimentos, entre a lógica transgressora da linguagem dos direitos e a lógica gestonária. O problema é que a lógica gestonária passou a contaminar tudo. Estamos mergulhados nisso. Acho que essa não é uma questão qualquer, é um campo de resistência, um campo de batalha. Acho que esses movimentos, as *rebel cities*, para usar a bela imagem do David Harvey, estão recolocando essa questão, essa dimensão de recuperação de um direito que não é aquilo que está posto em uma boa gestão da ordem posta. No plano conceitual, é a questão proposta por Rancière quando ele discute a diferença entre gestão e política. Gestão das coisas, gestão do Estado, gestão da ordem social: gestão das coisas tal como elas estão postas em um certo momento. Mas ainda precisamos entender melhor como essas questões estão se configurando no cenário contemporâneo. Por que respostas tão violentas, por que a lógica militarizada para lidar com os problemas urbanos e com o conflito urbano? Arriscando uma hipótese, se poderia dizer que, no primado gestonário do mercado, não há lugar de conflito. No diagrama político anterior, tendo no seu centro de gravitação política um Estado provedor com seus problemas e suas falhas, havia um triângulo de relações – trabalho, Estado e sociedade – e o conflito era, de alguma forma, processado, havia lugares para isso, meios para isso, gramáticas políticas para isso. Hoje, aonde quer que estoure o conflito, a resposta é violenta, inclusive na França. Em conflitos que poderiam ser banais, a resposta vem acompanhada de um aparato militar, que evoca as forças de ocupação em regiões de guerra – como se cada lugar fosse um Iraque. Então, é o caso de refletir sobre isso, qual o lugar do conflito, ou o “não lugar” do conflito. E também do dissenso, da dissonância – nem sempre um grande conflito, às vezes, um microconflito. Foi assim que começaram as “jornadas de junho”. Aquela manifestação do MPL poderia ser mais uma dentre tantas outras e de repente a coisa vira o que virou, pois houve uma desmedida para lidar com um conflito que era “pequeno”, que poderia ter sido banal. O aparato

militar foi tão espantoso que, talvez, se tenha que pensar nessa tensão entre gestão e conflito em uma configuração (social e urbana) sob a predominância da lógica mercantil; configuração na qual o conflito não tem lugar. E eu acho que é aí que entram as rebeliões. É mesmo de espantar a desmedida do aparato repressivo-militar ou militarizado para lidar com conflitos que, muitas vezes, acontecem em torno de coisas recorrentes da vida urbana.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Recentemente foi aprovado o novo Plano Diretor aqui de São Paulo. Considerando que alguns dos principais pontos do plano sejam de fato efetuados, como a aproximação da moradia e do emprego, mudando a lógica da centralidade que hoje domina a cidade, como essa mudança na gestão da cidade afetaria a lógica militarizada da cidade? Como seria a gestão do espaço numa configuração que não é mais simplesmente um grande centro e periferias afastadas?**

**VERA TELLES:** Não sei se uma coisa chega a ter relação com a outra. Porque essa relação entre periferia e centro já está muito alterada. Eu não sou urbanista, entendo pouco dessas questões. Mas há questões que se poderia discutir. Há quarenta anos, na primeira vez que eu pus os pés nessas regiões, periferia era mesmo fim de mundo mesmo, aquela coisa meio clássica, que para comprar uma caixa de leite era necessário pegar dois, três ônibus, e ir até o centro. Hoje há uma malha de relações, de comércio e de lazer que recorta a periferia inteira. Não é preciso ir ao centro da cidade para trabalhar. Quem mora na Zona Sul, que eu conheço um pouco mais, vai trabalhar em Socorro, no Campo Limpo e, às vezes até ao lado, nas minicentralidades que recortam essas regiões. Essas coisas já estão muito alteradas. Quer me parecer que parte dos empregos já estão distribuídos nos espaços urbanos.

De toda forma, acho que a questão central e o direito à cidade têm a ver com a mobilidade. Não só no sentido que o MPL coloca ao enfatizar o transporte, mas porque o transporte significa acesso àquilo que a cidade oferece, é o poder de se apropriar daquilo que a cidade tem a oferecer.

Certa vez, eu acompanhei o Tiaraju em uma entrevista com um rapaz que teve, lá nos anos 1990, um grupo de rap importante, entrou no circuito do hip hop, teve um longo percurso de várias atividades sociais, atuou em ONGs, virou militante, etc. É muito interessante o que ele conta, o modo como descobriu o rap e entrou nesse circuito. Nos anos 1990, numa crise bárbara, situação econômica difícilíssima, tudo muito complicado, anos duríssimos, ele descobre o mundo do hip hop quando começa a frequentar as galerias da rua 7 de Abril. Ele mora na Cidade Tiradentes, demorava três horas para chegar lá.

Para ele, o mundo se descortinou na hora em que, depois, passou também a frequentar a Praça Roosevelt, onde todos os grupos se encontravam, em meio também às disputas e divergência entre uns e outros. Quer dizer: há toda uma dimensão cosmopolita da cidade. Isso é interessantíssimo. Ele, e seu grupo, faz a seu modo, a celebração da periferia, mas se alimenta das galerias e da Praça Roosevelt, ele está circulando. E a informação também circula. É lá que ele fica sabendo dos grupos da América Central, dos grupos africanos, franceses, norte-americanos. É impressionante, isso tudo em um momento em que não havia internet, nem celular. A cidade é feita desses circuitos, dessa circulação. Mas, para isso é preciso ter mobilidade. Esse é um exemplo ilustrativo, que mostra que os centros podem ser múltiplos, onde a informação também circula, onde a convivência circula. Não estamos falando dos anos 2000, que já tem internet, todo mundo com celular; nos anos 1990 não tinha nada disso, nem internet, celular, nada, era no “busão” mesmo. Era muito difícil chegar lá, mas eles iam, os jovens circulavam.

Eu poderia citar mil exemplos disso, inclusive o garoto de brinco e tudo, que circulava a cidade inteira. Isso me faz entender o que é a dinâmica da cidade na chave da mobilidade. Então, é preciso um plano diretor que lide com isto, que não isole, ao revés de uma ideia recorrente de que, para viver bem, as pessoas que têm que ficar na “comunidade”. Cidade não é comunidade, cidade não é apenas “viver bem no meu bairrinho”. Claro, é ou seria ótimo se cada bairro tivesse tudo o que as pessoas precisam para viver bem, com conforto, com qualidade de vida. Mas a cidade é mais do que esse “mundo à mão”. Esses jovens queriam e querem ter acesso ao mundo, ao que o mundo pode oferecer, e isso exige e supõe mobilidade. Direito à cidade é isso também, talvez seja sobretudo isso. Essa é uma visão das coisas que faz o contraponto a certos programas sociais, muito comuns, por exemplo, na França, baseados na ideia de que a cidadania é local, cidadania feita de laços locais – entre nós, aqui no Brasil, se diz cidadania comunitária. É uma visão muito empobrecida da experiência social, das pessoas, da própria cidadania. Pensar a cidade na ótica da circulação e da mobilidade também significa reconhecer toda a importância do que anda acontecendo, das mil coisas que acontecem, hoje, nesses lugares – vejam os circuitos culturais, o ativismo cultural, o modo como os grupos circulam, como a informação circula, como os repertórios de ação também circulam. Não só no vetor periferia-centro, mas também periferia-periferia. Na verdade, acho que são formas de circulação que sempre existiram, sob modalidades diferentes. Não sei ainda hoje, mas até muito recentemente, ainda no início dos anos 2000, essa circulação acontecia nos circuitos do futebol de várzea. O pessoal cir-



culava da zona sul à zona leste, e daí para outras, seguindo o calendário dos jogos e dos campeonatos. E isso conformava toda uma experiência de cidade, e uma perspectiva para falar da cidade que é muito interessante. Discuti isso em um dos capítulos do nosso livro “Nas tramas da cidade...”. É o capítulo em que eu falo justamente desses jovens circulantes, e uma das modalidades de circulação era ao futebol de várzea.

Enfim, não sei se um plano diretor revolve isso, mas provavelmente pode ajudar. De toda forma, a questão a ser pensada é: “O que é viver a cidade do ponto de vista da mobilidade e da circulação?”. Isso vai ao revés de uma maneira empobrecida de ver cidade e que a sociologia urbana muitas vezes veicula ao enfatizar o mundo da moradia, da família, da vizinhança, do trabalho. A cidade, é claro, é isso também; as pessoas tem que trabalhar, tem que morar, ter família. Mas é preciso entender a cidade em sentido mais ampliado. É o garoto que morava na Cidade Tiradentes e vai para as galerias no centro da cidade, monta um grupo de rap, vira militante, circula e vira um ator importante, é isso que faz a cidade.

Podemos reformular as questões sobre o “direito à cidade” como “direito à mobilidade”. Está aí a inteligência política do MPL, que me parece espantosa. Eles inauguram uma estratégia de ação: parar a cidade. Ou seja, eles interrompem as vias de transporte, o centro nervoso da mobilidade urbana e assim mostram o quanto dependemos dela. Nós percebemos que moramos na cidade no momento em que ela é paralisada, na hora que acontece uma pane e a mobilidade é travada. O Graham, já falei dele antes, sociólogo urbano que estuda justamente as redes, fala isso: “entendemos a importância das redes urbanas quando elas entram em pane.” É quando entendemos que não moramos em uma comunidade, mas em uma cidade, que dependemos das redes, da eletricidade, da internet, de transporte etc. Entendemos o quanto dependemos deste coletivo que é construído pelos circuitos da mobilidade. A inteligência política do MPL foi trabalhar politicamente isso – a estratégia de parar a cidade tem tudo a ver com isso. Daí todos entendem que temos uma crise do transporte, não porque foi reivindicado, mas porque a cidade parou e então se criou um problema. A gente se dá conta que a cidade existe quando ela para. Descobrimos que ela funciona em redes, redes muito concretas, não só as virtuais.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO: Seus objetos de pesquisa, a princípio, são perpassados por um universo que é frequentemente tido como masculino, viril, que é o do trabalho, do crime, da violência, como é ser uma mulher, uma pesquisadora, nesse ambiente?**

**VERA TELLES:** Eu e o Daniel [Hirata] nos prometemos, há alguns anos, escrever sobre isto. Fazendo pesquisas sobre o tráfico, eu descobri que, de fato, ser homem ou mulher tem uma diferença enorme. O mundo do tráfico é um mundo masculino. Foi muito interessante o jeito como a pesquisa aconteceu. Foram muitos anos, e eu mesma, ao final, sabia “tudo” sobre os negócios do tráfico local. Havia confiança e as relações eram as melhores possíveis. Mas, assim mesmo, não dava para eu entrar nesse mundo. Por ser um mundo masculino, viril, era o Daniel quem entrava – jovem, homem, toda uma sociabilidade muito própria – impossível para mim. Ou seja, para fazer uma etnografia participante tem que ser homem e tem que ser jovem. Em compensação, eu entrava no mundo das mulheres. E isso aconteceu de um jeito que provavelmente poucos pesquisadores conseguiram. Foi muito interessante e curioso: o mundo das famílias, a conversa feminina, o “tricô” feminino. Assim, passei a conhecer um outro lado da história, que fica ocultado por esse mundo inteiramente viril. Eu e o Daniel construímos personas diferentes. De um lado, tinha a professora e seu jovem auxiliar. Havia uma certa importância nisso, com um toque de solenidade, que inspirava muito respeito. Quando entramos em campo, criamos situações que não existiriam se não estivéssemos ali, desencadeamos relações e acionamos histórias porque estamos lá. E por isso é importante refletir sobre essas personas que encarnamos nessas situações. Além da professora-e-seu-aluno, havia então duas outras. Uma é o Daniel-jovem, homem, que torce pelo time deles no jogo de várzea, que bebe com eles no boteco ao lado, que participa das conversas, conversa de homem. Enfim, ele foi acolhido na “biqueira”, ele ficava lá observando, conversando, partilhando situações comuns, etc. A outra é a Vera-mulher, que participa das conversas femininas, ouve as histórias – fiquei amiga delas. São três personas. Foi então que descobri que as diferenças de gênero e idade são decisivas no trabalho de campo. É evidente que isso se reflete na desenvoltura com que eu falo de alguns assuntos, mais do que o Daniel, e vice-versa. Acredito que há temas mais femininos, outros mais masculinos – não é uma definição estanque, nem definitiva, mas acho que há marcações importantes.

**HUMANIDADES EM DIÁLOGO:** **Nos últimos anos temos visto uma USP que podemos associar à lógica militarizada que você descreve que rege a cidade: seja pela PM no campus, seja pela forma como são tomadas as decisões no interior da universidade. Se partirmos do pressuposto de que a universidade pretende não só estudar a sociedade, mas também influenciá-la, como podemos pensar o papel da extensão universitária nesse contexto?**

**Perguntamos isso, principalmente por ver que você tem uma relação grande com o tema da universidade pra fora de si mesma, como vemos em seu projeto de pesquisa atual e na participação que você teve em outros eventos do PET, como o Café filosófico do Jamac.**

VERA TELLES: Eu acho isso tão pouco, sabe? Fico meio chocada com a USP, para falar a verdade. Parece que estamos em uma grande bolha, uma bolha protetora como uma ilha da fantasia. Talvez isso tenha algo a ver com o isolamento da Cidade Universitária. Vejam a diferença com relação ao IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ – fica lá, no Largo São Francisco, no olho do furacão do centro da cidade. Ou então, de um outro jeito, a PUC de São Paulo – lá todo mundo se mistura com todo mundo, as pessoas se encontram, professores discutem com os alunos, depois da aula vão todos juntos para o bar. Nesses casos, a cidade de alguma maneira está dentro da universidade. São universidades muito mais porosas, com laços comunicantes com o mundo. As coisas, de alguma maneira, reverberam lá dentro e não se pode ficar indiferente ao que acontece do lado de fora. No caso de uma intervenção militar no centro da cidade, não é possível fazer de conta que nada acontece. A USP tem uma configuração diferente (com exceção, talvez, da Faculdade de Direito, no centro de São Paulo). Me parece que temos um problema aqui: estamos isolados, protegidos. Por outro lado, sabemos que são muitos os alunos da USP, ao menos da FFLCH, que circulam por esses coletivos militantes fora da universidade, não apenas o MPL. Mas é como se isso não encontrasse ressonância aqui dentro.

Certa vez dei um curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa – primeiro ano, alunos que tinham acabado de entrar. Fazia um bom tempo que eu não dava aula para o primeiro ano e fiquei muito espantada com a politização de muitos deles, todos muito jovens, todos muito conectados, “plugados”, politizados, sintonizados com coisas das quais, aliás, eu desconhecia, coisas justamente que estavam ou estão acontecendo na cidade. A proposta era fazer uma experiência de pesquisa de campo. E os mini-projetos que eles formularam eram sensacionais, sobre temas que eu nem poderia imaginar. Pois então, um dos grupos propôs uma pesquisa sobre as ocupações do centro da cidade e acabaram flagrando uma ocupação que estava acontecendo na época, a Marconi. Um deles, se entusiasmou, manteve relações com o pessoal, acompanhou a ocupação por meses seguidos e, ao final, se integrou – está morando lá, virou um militante da ocupação. É genial isto. Outro dia ele me levou para conhecer a ocupação e me disse “agora virei quadro da ocupação”. Mas ele foi lá fazer pesquisa. Ele tinha acabado de entrar na

universidade, primeiro ano, teve uma primeira experiência de pesquisa e agora está lá, me leva para conhecer – o jogo da relação mudou completamente. Agora é militante, não é mais aluno da Vera. Na verdade, é um sinal de que há milhões de conexões que vocês, estudantes, fazem. Porém, como ambiente universitário, como ambiente acadêmico, isso aqui é um desastre, realmente um desastre. Não sei como resolver isso, talvez seja algo que deva vir dos estudantes. Nós professores não temos energia para lidar com isso, até porque aqui estamos completamente capturados pela lógica gestonária. Temos que fazer relatório CAPES e outros mil, dar pareceres, gerir a pontuação das nossas publicações, participar de conselhos, além das aulas e da orientação de alunos, etc. E ficamos exaustos, estamos sempre exaustos, reclamando da falta de tempo, completamente capturados pela lógica da gestão. E isso é péssimo, um péssimo sinal, porque se paga por isso um preço muito alto em termos de qualidade do trabalho intelectual. Pela primeira vez, faço parte do *establishment*. Durante vinte anos consegui contornar, finalmente estou tendo a experiência de ser coordenadora de pós-graduação. Entender o que é fazer parte disso está sendo uma experiência etnográfica também. E ficou mais claro para mim o que é essa lógica gestonária e o quanto isso termina por cortar os canais com o que acontece com o fora – as pessoas ficam inteiramente cativas e contidas na gestão dessa máquina e dos indicadores. Isso também ajuda a construir o que eu estou chamando de bolha protetora. Para romper com isso é preciso construir canais. A dinâmica do debate interno aqui é uma catástrofe. O mundo está revirado, as “cidades rebeldes” por tudo quanto é canto. E a USP parece viver em um mundo à parte. Vejam como essa greve agora repercute fora daqui. Devo dizer que eu fico um pouco espantada com o movimento estudantil aqui. Fico abismada com um repertório político pobríssimo, pelo menos aqui da casa (para não falar genericamente). Será que não dá para ampliar um pouco a discussão política? A militância fora da USP tem uma sofisticação política que independe das posições partidárias. É o que vemos no MPL ou nos outros coletivos. E são todos muito jovens. É um contraste chocante com a pobreza política e o repertório político da USP. Acredito que isso não tem a ver com filiações políticas porque lá fora todo mundo também está filiado a partidos e organizações políticas. Há um problema aqui na USP, acho eu, politicamente complicado: isso aqui parece uma ilha, uma ilha protetora. Estamos pagando o preço com essa greve, que repercute muito mal; ficamos então em maus lençóis, até porque sequer conseguimos defender o sentido público da universidade. Acho que essa é uma questão para as novas gerações assumirem, porque não vai partir dos professores: nós estamos inteira-

mente capturados pela lógica gestonária da vida acadêmica. Exaustos, além do mais. Para voltar um pouco ao assunto, a gestão é sempre conservadora, porque temos que garantir os recursos de nossos departamentos, garantir as bolsas, os pontinhos no Currículo Lattes, os recursos da pós-graduação. Além disso, há certa compulsão empreendedora da produtividade, parece que tudo depende dos critérios de produtividade e é muito difícil escapar disso, até porque, mais importante do que a qualidade do que se escreve nos artigos produzidos, são os indicadores – é isso o que importa e importa porque disso depende a avaliação Capes e os recursos destinados aos nossos programas de pós-graduação. E eu, que sempre fui contra tudo isso, percebo que não consigo escapar dessa lógica. Enfim, acho que estamos numa situação, de fato, para lá de difícil e acredito que a solução ou sai dos estudantes ou não sai.

